

Art. 3º DESIGNAR os servidores Odenilton Tavares de Sousa, Técnico Judiciário, Matrícula 510168-9 e Erasmo José de Ananias Neto, Técnico Judiciário, Matrícula 508393-1, como suplentes da referida Comissão.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente, o servidor Wandir Leite da Silva Filho deverá substituí-lo na condução dos trabalhos.

Art. 4º Outorgar ao Presidente da Comissão poderes para designar, dentre os integrantes da Comissão, o seu Secretário, assim como praticar todos os atos destinados à instrução do processo.

Art. 5º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher as provas e/ou depoimentos que entender pertinentes.

Art. 6º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta portaria, para a finalização dos trabalhos da Comissão, que consistirá na instrução, defesa e no relatório conclusivo.

Parágrafo único. Se necessária a prorrogação do prazo indicado no *caput* deste artigo, nos moldes legais, a Comissão deverá solicitar essa providência, formalmente, a esta Presidência.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Presidente

### **PORTARIA PRES Nº 167, DE 30 DE ABRIL DE 2024.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 15, inciso XLIII, da Resolução do TRE/GO nº 298, de 18 de outubro de 2018 - Regimento Interno,

CONSIDERANDO o processo SEI nº 24.0.000007373-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Dr. ANDRÉ IGO MOTA CARVALHO, Juiz Respondente da Comarca de Nazário /GO, para substituir na jurisdição da 20ª Zona Eleitoral, com sede no município de Palmeiras de Goiás, no período de 6 a 25 de maio de 2024, em razão do afastamento legal do juiz titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga

Presidente

### **PORTARIA PRES Nº 154, DE 23 DE ABRIL DE 2024**

Dispõe sobre os trabalhos de publicação de conteúdos no Portal da Transparência do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás na internet e define as Unidades e os responsáveis pelos itens publicados.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO os artigos 8º e 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 215, de 16 de dezembro de 2015, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o Acórdão nº 1.832/2018 do Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 25-L, inciso XXIII, da Resolução TRE-GO nº 275, de 18 de dezembro de 2017 (Regulamento Interno);

CONSIDERANDO os requisitos 9 e 10 do Manual da Qualidade do Sistema de Gestão da Qualidade do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, fundamentados conforme a NBR ISO 9001: 2015;

CONSIDERANDO a instrução contida nos processos SEI nos 21.0.000012552-8 e 23.0.000012093-6,

RESOLVE:

Art. 1º A Coordenação das publicações de conteúdos no Portal da Transparência do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás na internet ficará a cargo da Coordenadoria de Gestão da Informação - CGI.

Art. 2º Os conteúdos publicados deverão ser disponibilizados no sítio oficial deste Tribunal em linguagem acessível, clara e de fácil compreensão.

Art. 3º A gestão de conteúdos e a responsabilidade pelas informações disponibilizadas competem às Unidades especificadas no Anexo I desta Portaria e aos seus representantes, indicados no Anexo II, aos quais incumbe, ainda, a atualização dos respectivos dados, de acordo com as normas aplicáveis à matéria ou sempre que houver alteração das informações disponíveis para acesso, conforme o caso.

Art. 4º A Coordenação instituída por esta Portaria fará verificação periódica dos conteúdos disponibilizados para que o Portal da Transparência esteja em consonância com as informações disponíveis na intranet, na página do Laboratório de Inovações, no intuito de adequar o Portal deste Tribunal às exigências da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), da Resolução CNJ nº 215/2015 (com as alterações posteriores), das orientações do Tribunal de Contas da União e de outras normas correlatas.

Art. 5º A realização das checagens, controles e admissão das ações preventivas ou corretivas, bem como a gestão de riscos do processo de inserção, consolidação, verificação e validação dos conteúdos publicados seguirão os ritos de gestão adotados pelo Sistema de Gestão da Qualidade, observada a periodicidade não inferior a 90 (noventa) dias, com realização de ao menos 3 (três) auditorias anuais a cargo da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão da Diretoria-Geral - ASPLAN/Assistência de Processos, Riscos e Qualidade - APRISQ.

Parágrafo único. A conformidade das publicações com os requisitos de avaliação de desempenho e os procedimentos de auditoria interna do Sistema de Gestão da Qualidade do órgão deve ser assegurada de maneira obrigatória durante suas ocorrências.

Art. 6º A Diretoria-Geral, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, incluirá, no Plano Anual de Capacitação, treinamentos e instrumentos que fomentem a cultura da transparência, visando a conscientização dos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral em Goiás da responsabilidade sobre as publicações e informações veiculadas no portal.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Portaria PRES nº 94/2022.

DES. ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Presidente

ANEXO I

PORTARIA PRES N° 154, DE 23 DE ABRIL DE 2024.

Conteúdo/Informação	Fundamento	Unidade responsável
Agenda da Presidência e da Diretoria-Geral	Acórdão TCU nº 1832/2018	GBPRS/DG
Divulgação com caráter informativo	Art. 5º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Divulgação com caráter educativo	Art. 5º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Divulgação com caráter de orientação social	Art. 5º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Finalidade e objetivos institucionais	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASPLAN

Objetivos estratégicos, metas e indicadores	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASPLAN
Resultados alcançados pelo órgão	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASPLAN
Registro das competências e responsabilidades do órgão	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASPLAN
Estrutura organizacional com relação hierárquica entre as unidades	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	AGSGP
Endereço físico	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Endereço eletrônico do TRE/GO e dos cartórios eleitorais	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Telefones das unidades administrativas	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Horários de atendimento ao público	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras	Art. 6º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASPLAN
Levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão	Art. 6º, IV, da Resolução CNJ nº 215/2015 Resolução CNJ nº 76/2009	ASPLAN
Atos normativos expedidos pelo órgão	Art. 6º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015	SELED
Audiências públicas realizadas	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 9º, II, da Lei nº 12.527/2011	ASCOM
Consultas públicas ou outras formas de participação popular	Art. 9º, II, da Lei nº 12.527/2011	ASCOM
Calendário das sessões colegiadas	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASTPL
Campo denominado "Transparência"	Art. 6º, VII, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASPLAN
Campo denominado "Serviço de Informações ao Cidadão - SIC"	Art. 9º, I, da Lei nº 12.527/2011	ORE
Carta de Serviços ao Cidadão	Art. 7º da Lei nº 13.460/2017	ORE/VPCRE
Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 8º, §1º, VI, da Lei nº 12.522/2011	ORE
Acompanhamento dos procedimentos e processos administrativos instaurados	Art. 6º, IX, da Resolução CNJ nº 215/2015	SEPEX

Ferramenta de pesquisa de acesso à informação de interesse coletivo ou geral	Art. 6º, § 4º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos abertos	Art. 6º, § 4º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Metadados ou dicionário de dados utilizados para a estruturação da informação	Art. 6º, § 4º, IV, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso	Art. 6º, § 4º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência	Art. 6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015; Art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/11; Art. 17 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000; Art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Dec. Leg. nº 186/2008.	STI
Informações sobre a destinação dos recursos provenientes da aplicação de pena de prestação pecuniária recolhidos em conta judicial	Art. 4º da Resolução CNJ nº 154/2012	VPCRE
Liquidação da despesa e realização da receita	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c a Res. CNJ nº 102/2009 - Anexo I	SEPEF
Dotação e execução orçamentária	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c a Res. CNJ nº 102/2009 - Anexo II	SEPEF
Proposta orçamentária ou quadro de detalhamento da despesa	Art. 4º, I, da Resolução CNJ nº 195/2014	SEPEO
Lei Orçamentária ou quadro de detalhamento da despesa	Art. 4º, II, da Resolução CNJ nº 195/2014	SEPEO
Mapa Demonstrativo da execução orçamentária do ano anterior	Art. 9º da Resolução CNJ nº 195/2014	SEPEF
Registro dos repasses e transferências de recursos financeiros	Art. 8º, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, Art. 8º, I, f, da IN TCU 84/2020.	SEPEF
Demonstrativo bimestral com os montantes aprovadas na Lei Orçamentária Anual e valores da	Lei de Diretrizes Orçamentárias (órgãos integrantes do Orçamento Geral da União e Tribunais de	SEPEF

limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária	Justiça, se exigido pela LDO do Estado)	
Relatório de Gestão Fiscal	Art. 55, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal	SCGEA
Demonstrações contábeis	Art. 8, II, da IN TCU 84/2020	SCGEA
Mapa anual com as informações relativas a precatórios	Art. 85, §1, da Resolução CNJ 303/2019	COFI
Plano Anual de Contratações	Item 9.2.1.12.3, do Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário c/c Art. 12, Resolução CNJ 347/2020	ASPLAN
Execução orçamentária e financeira detalhada	Art. 8, I, g, da IN TCU 84/2020	SEPEF
Relação dos contratados com os respectivos valores pagos nos últimos três anos	Art. 128 da Lei nº 13.473/2017 Art. 129 da Lei nº 13.242/2015	SECNT
Instrumentos de cooperação vigentes: convênios, termos de cooperação e outros congêneres	Art. 128 da Lei nº 13.473/2017 Art. 129 da Lei nº 13.242/2015	SECNT
Solicitações de contratação desde que não tenham sido consideradas sigilosas	Acórdão TCU nº 2622/2015 - Plenário Arts. 7º, VI e 8º, §1º, IV, da Lei nº 12.527/2011; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	ADAAAC (contratação direta) e ASCONT (licitações)
Atas de Registro de Preços	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o item 9.2.1.8 Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	ADAAAC
Estudos técnicos preliminares de contratação desde que não tenham sido considerados sigilosos	Acórdão TCU nº 2622/2015 - Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	ASCONT
Mapa comparativo de preços e informação conclusiva sobre o 'Valor Estimado da Licitação', desde que não tenha sido considerada sigilosa	Acórdão TCU nº 2622/2015 - Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	ASCONT
Editais de licitação com os respectivos anexos	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário	ASCONT
Questionamentos apresentados entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário	ASCONT

Impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário	ASCONT
Nome dos vencedores das licitações	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário	ASCONT
Dispensa eletrônica	Lei nº 14.133/2021 c/c IN SEGES/ME nº 67/2021	ASCONT
Licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas	Art. 8, I, h, da IN TCU 84/2020	SECNT/ASCONT/ADAAAC
Contratos firmados	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SECNT
Termos Aditivos assinados	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SECNT
Projetos Básicos	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	ADAAAC (contratação direta) e ASCONT (licitações)
A íntegra da autorização das dispensas e inexigibilidades de licitação	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário. Lei nº 14133/2021.	ADAAAC
Contratos firmados em decorrência de ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação	Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	ADAAAC (quando se tratar de contratação firmada por nota de empenho) e SECNT (quando houver termo de contrato)
Termos Aditivos dos contratos resultantes de ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação	Acórdão TCU nº 2.622/2015 - Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SECNT
Íntegra dos instrumentos que substituem o contrato	Art. 62 da Lei nº 8666/1993, os arts. 91 e 95 da Lei nº 14133/2021 e Lei nº 12527/2011.	SECNT

Estrutura remuneratória - Anexo III-A da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 6º, VII, "c", da Resolução CNJ n° 215/2015 Art. 3º, I, da Resolução CNJ n° 102/2009	SEPAG
Estrutura remuneratória - Anexo III-B da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 6º, VII, "c", da Resolução CNJ n° 215/2015 Art. 3º, I, da Resolução CNJ n° 102/2009	SEPAG
Estrutura remuneratória - Anexo III-C da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 6º, VII, "c", da Resolução CNJ n° 215/2015 Art. 3º, I, da Resolução CNJ n° 102/2009	SEPAG
Cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão - Anexo IV, "a", da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 6º, VII, "b", da Resolução CNJ n° 215/2015	SESGE
Cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão - Anexo IV, "b", da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 7º, VII, "b", da Resolução CNJ n° 215/2015 Art. 3º, II, da Resolução CNJ n° 102/2009	SEREF
Origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança - Anexo IV, "c", da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 7º, VII, "b", da Resolução CNJ n° 215/2015 Art. 3º, II, da Resolução CNJ n° 102/2009	SEREF
Situação funcional dos servidores ativos do quadro de pessoal do órgão - Anexo IV, "d", da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 7º, VII, "d", da Resolução CNJ n° 215/2015 Art. 3º, III, da Resolução CNJ n° 102/2009	SESGE
Magistrados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão - Anexo IV, "g", da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 7º, VII, "d", da Resolução CNJ n° 215/2015 Art. 3º, III, da Resolução CNJ n° 102/2009	SEJUP
Quantitativos de beneficiários e dependentes de benefícios assistenciais - Anexo IV, "h", da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 108 da Lei n° 13.242/2015	SEBEN
Membros e agentes públicos - Anexo V da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 3º, III, da Resolução CNJ n° 102/2009	SEJUP/SEREF
Empregados de empresas contratadas em exercício no órgão - Anexo VI da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 3º, IV, da Resolução CNJ n° 102/2009	ASPLAN
Servidores e empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão sem FC ou CJ- Anexo VII da Resolução CNJ n° 102/2009	Art. 3º, V, da Resolução CNJ n° 102/2009	SEREF

Tabela de Lotação de Pessoal (TLP)	Art. 6º, VII, "b", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016	SEREF
Relação de membros e servidores afastados para o exercício de funções em outros órgãos	Art. 6º, VII, "e", da Resolução CNJ nº 215/2015	SEREF
Relação de membros e servidores que participam de conselhos e assemelhados externamente à instituição	Art. 6º, VII, "f", da Resolução CNJ nº 215/2015	SEJUP/SEREF
Remuneração e Proventos de membros, servidores ativos e aposentados, pensionistas e colaboradores	Art. 6º, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c a Res. CNJ nº 102/2009	SEPAG
Informações sobre os valores repassados para o INSS e o Fundo de Previdência	Boas Práticas	SEPAG
Diárias e passagens concedidas por nome e cargo do favorecido, data, destino e motivo da viagem	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009	SEDIF/SECAP
Atos de provimentos e vacância de cargos efetivos, comissionados e funções de confiança	Art. 100 da Lei nº 13.242/2015 Art. 102 da Lei nº 13.707/2018	SESGE/SEREF
Lista de veículos oficiais utilizados	Art. 5º da Resolução CNJ nº 83/2009	SESET
Relatório estatístico anual de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos	Art. 41, III, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Informações desclassificadas nos últimos 12 meses	Art. 41, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Documentos classificados em cada grau de sigilo	Art. 41, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Prestação de contas do ano anterior	Art. 132, III, da Lei nº 13.242/2015 e Instrução Normativa nº 84/2020	SAUD
Rol dos responsáveis pela prestação de contas	Instrução Normativa TCU nº 84/2020, art. 7º, § 4º e art. 8º, IV	COPS
Relatório anual das atividades exercidas, certificado de auditoria contendo o parecer do órgão de controle interno e pronunciamento do Presidente do Tribunal	Art. 132, III, da Lei nº 13.242/2015 e Instrução Normativa nº 84/2020	SAUD

Publicação da decisão quanto a regularidade das contas proferidas pelo órgão de controle externo	Acórdão TCU n° 2.622/2015 - Plenário	SAUD
Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP)	Resolução CNJ n° 309/2020	SAUD
Plano Anual de Auditoria (PAA) e Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PACAud)	Resolução CNJ n° 309/2020	SAUD
SIC com entrega pessoal do pedido de acesso às informações	Art. 10 da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Unidade responsável pelo SIC	Art. 10 da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Endereço de localização do SIC	Art. 10 da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Telefones de atendimento do SIC	Art. 10 da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Horários de funcionamento do SIC	Art. 10 da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)	Art.10 da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Acompanhamento do pedido de acesso à informação	Art. 9°, I, alínea b, Art. 10, §2°, da Lei n° 12.527/2011	ORE
Acompanhamento eletrônico e remoto, automatizado, do pedido de acesso à informação	Art. 9°, I, alínea b, Art. 10, §2°, da Lei n° 12527/2011	ORE
Identificação do solicitante das informações	Art. 11, § 2°, da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Pedido de informação ao SIC por correspondência	Art. 11, § 1°, da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Possibilidade de o interessado optar pelo recebimento da resposta em meio físico via correspondência	Art. 11, § 1°, da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Possibilidade de o interessado optar pelo recebimento da resposta em meio físico, com retirada no local	Art. 11, § 1°, da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Possibilidade de o interessado optar pelo tratamento sigiloso de dados pessoais	Art. 11, § 3°, da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Possibilidade de isenção dos custos das respostas por correspondência ou em meio físico dos materiais utilizados	Art. 11, § 1°, c/c o art. 16, parágrafo único, todos da Resolução CNJ n° 215/2015	ORE
Transmissão ao vivo das sessões plenárias do Tribunal	Art. 22 da Resolução CNJ n° 215/2015	ASCOM

Transmissão audiovisual ao vivo das sessões plenárias do Tribunal	Art. 22 da Resolução CNJ n° 215/2015	ASCOM
Disponibilização dos vídeos das sessões plenárias no site do Tribunal	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ n° 215/2015	ASCOM
Disponibilização no site do Tribunal do conteúdo das sessões plenárias em alguma outra forma: ata, transcrição em texto, áudio etc.	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ n° 215/2015	ASTPL
Ata das sessões plenárias do Tribunal	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ n° 215/2015	ASTPL
Currículo dos Magistrados que compõem o Tribunal	Boas Práticas	ASTPL
Telefones dos Magistrados que compõem o Tribunal	Boas Práticas	ASTPL
Endereço eletrônico dos Magistrados que compõem o Tribunal	Boas Práticas	ASTPL
Presença em plenário	Boas Práticas	ASTPL
Presença em comissões	Boas Práticas	ASTPL
Pauta das reuniões de comissões, resultados e atas	Art. 7º, V, da Lei n° 12.527/2011	Coordenador(a) da Comissão
Pautas de julgamentos	Art. 7º, V, da Lei n° 12.527/2011	SEPUBL
Divulgação de ações, produtos e decisões nas redes sociais	Boas Práticas	ASCOM
Serviço de registro de denúncias e reclamações	Resolução CNJ n° 432/2021, art. 5º.	ORE
Serviço de acompanhamento de denúncias e reclamações	Resolução CNJ n° 432/2021, art. 5º.	ORE
Avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações	Resolução CNJ n° 432/2021, art. 5º.	ORE
Serviços de intérprete em linguagem brasileira de sinais em todas as manifestações públicas	Art. 10, XIII, da Resolução CNJ n° 230/2016	ASPLAN
Disponibilização de legendas em todas as manifestações públicas	Art. 10, XIII, da Resolução CNJ n° 230/2016	ASPLAN
Disponibilização de audiodescrição em todas as manifestações públicas	Art. 10, XIII, da Resolução CNJ n° 230/2016	ASPLAN
Disponibilização de comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas	Art. 10, XIII, da Resolução CNJ n° 230/2016	ASPLAN
Relação dos servidores que atuam no regime de teletrabalho com atualização semestral	Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ n° 227/2016	SEREF

Base de dados com informações da atividade docente por magistrado com instituição de ensino, horário e disciplinas ministradas e participações em eventos, com data, tema, local e a entidade promotora	Arts. 3º e 4º-A, §1º, da Resolução CNJ nº 34/2007 c/c a Res. CNJ nº 226/2016	SEJUP/EJE/ORE/ASTPL
Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos	Art. 1º, caput, c/c o § 2º, do art. 1º, da Resolução CNJ nº 233/2016	VPCRE
Edital de convocação de peritos e órgãos técnicos ou científicos	Art. 2º da Resolução CNJ nº 233/2016	VPCRE
Relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos	Art. 3º da Resolução CNJ nº 233/2016	VPCRE
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	Resolução CNJ nº 370/2021. Boas práticas	STI
Sistema de Gestão da Segurança da Informação	Resolução CNJ nº 370/2021. Boas práticas	STI
Política de Gestão de Pessoas de TIC	Resolução CNJ nº 370/2021. Boas práticas	AGSGP
Plano Orçamentário de TIC	Resolução CNJ nº 370/2021. Boas práticas	COFI
Plano de Contratações de Soluções de TIC vigente	Art. 4º, da Resolução CNJ 468/2022 Resolução CNJ nº 370/2021.	STI
Plano anual de capacitações de TIC	Art. 27, Resolução CNJ nº 370/2021.	AGSGP
Painel com informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permitam a extração de dados públicos	Art. 7º da Resolução CNJ no 370/2021, associado às boas práticas previstas na Resolução CNJ no 215/2015.	STI
Plano de Logística Sustentável do (PLS)	Resolução CNJ nº 201/2015 Boas práticas	ASPLAN
Planos de Ação do PLS	Resolução CNJ nº 201/2015 Boas práticas	ASPLAN
Relatórios anuais de desempenho do PLS	Resolução CNJ nº 201/2015 Boas práticas	ASPLAN
Ato de designação da Comissão Gestora do PLS	Resolução CNJ nº 201/2015 Boas práticas	ASPLAN
Atuação e Produtividade dos Magistrados		ASTPL/ASPLAN

Frequência em Sessões Plenárias (relatórios mensais de 2019)		ASTPL
Atuação e produtividade dos Magistrados de 1º grau		ASPLAN
Atuação e produtividade dos Magistrados de 2º grau		ASPLAN
Audiências e Consultas públicas		ORE ASCOM
Estatística Processual		ASPLAN
Gestão Estratégica		ASPLAN
Gestão de Contratações		SAO
Gestão Documental		SEBAM/CGI/CPAD
Gestão Patrimonial		SAO
Gestão Orçamentária, Financeira e Fiscal		SAO
Governança e Gestão de Pessoas		SGP
Governança e Gestão de TIC		STI
Governança Institucional		ASPLAN
Relatórios de Gestão		SAUD
Serviço de Informação ao Cidadão		ORE

## ANEXO II

PORTARIA PRES N° 154, DE 23 DE ABRIL DE 2024.

Unidade responsável	Cargo/Função (titular)	Cargo/Função (suplente)
Gabinete da Presidência (GBPRS)	Chefe de Gabinete da Presidência	Assistente do Gabinete da Presidência
Vice-Presidência e Corregedoria (VPCRE)	Assessor(a) de Planejamento, Governança e Gestão da Vice-Presidência e Corregedoria (VPCRE)	Chefe da Seção de Práticas Cartorárias (SPCAR)
Diretoria-Geral (DG)	Oficial de Gabinete da DG	Servidora do Gabinete da DG
Assessoria do Tribunal Pleno (ASTPL)	Assistente III ASTPL	Assessor II ASTPL
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (ASCOM)	Assistente V ASCOM	Assistente III ASCOM
Assessoria Especial de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão (ASPLAN)	Assessor(a) III ASPLAN	Assistente VI AAGES
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	Assistente IV AGSGP	Assessor I AGSGP
Coordenadoria de Gestão da Informação (CGI)	Coordenador(a) CGI	Assistente IV CGI
Ouvidoria Regional Eleitoral de Goiás (ORE)	Assistente ORE	Assessor I ORE

Seção de Protocolo e Expedição (SEPEX)	Chefe de Seção SEPEX	Assistente II SEPEX
Seção de Publicação (SEPUBL)	Chefe de Seção SEPUBL	Assistente I SEPUBL
Seção de Biblioteca, Arquivo e Memória (SEBAM)	Chefe de Seção SEBAM	Assistente III SEBAM
Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Assessor II AGSTI	Assistente V APGTI
Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFI)	Chefe de Seção SEPEF	Assistente I SEPEF
Assessoria de Apoio Administrativo às Contratações (ADAAC)	Assessor(A) I ADAAC	Chefe de Seção SECNT
Seção de Contratos (SECNT)	Chefe de Seção SECNT	Assistente IV SECNT
Assessoria de Contratação (ASCONT)	Assessor I ASCONT	Assistente V ASCONT
Seção de Segurança e Transporte (SESET)	Chefe de Seção SESET	Substituto SESET
Secretaria de Auditoria Interna (SAUD)	Assistente I SAUD	Chefe SAUPE
Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	Assistente I EJE	Assistente II EJE
Seção de Legislação e Editoração (SELED)	Chefe da Seção SELED	Assistente I SELED
Seção de Pagamento (SEPAG)	Chefe da Seção SEPAG	Assistente III
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho (SESGE)	Chefe da Seção SESGE	Assistente III
Seção de Registros Funcionais (SEREF)	Chefe da Seção SEREF	Substituto
Seção de Registros de Juízes e Promotores Eleitorais (SEJUP)	Chefe da Seção SEJUP	Substituto
Seção de Benefícios (SEBEN)	Chefe da Seção SEBEN	Substituto
Seção de Diárias e Frequência (SEDIF)	Chefe da Seção SEDIF	Substituto
Seção de Capacitação (SECAP)	Chefe da Seção SECAP	Substituto
Coordenadoria de Pessoal (COPS)	Coordenador(a) COPS	Substituto
Comissões	Coordenadores(as) das Comissões	

### **PORTARIA PRES Nº 153, DE 23 DE ABRIL DE 2024**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 15, inciso XXXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRE/GO n° 298, de 18 de outubro de 2018) e;

Considerando o disposto nos artigos 8° e 9° da Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações na Constituição Federal e sua divulgação;